

Educar no compromisso com o ser

Sônia Helena Costa Galvão de Lima¹
Edileine Vieira Machado (orientadora)²

Resumo: Este artigo trata da responsabilidade da educação com o compromisso na formação de sujeitos mobilizados para a participação na construção de uma obra coletiva. Nessa perspectiva, aponta para uma pedagogia com uma concepção centrada na vida, na existência, no diálogo e na troca de conhecimentos comprometida com a humanização do homem e com uma concepção de sociedade, que, sinalize caminhos concretos para a atuação política em defesa do bem comum e de uma vida digna para todos.

Palavras Chave: Políticas Públicas de Educação; Humanização; Compromisso.

Abstract: This article deals with the responsibility of education with a commitment in the training of individuals mobilized to participate in building a collective work. From this perspective, points to a pedagogy with a design centered on life, existence, dialogue and exchange of knowledge committed to the humanization of man and with a conception of society, that signal paths for concrete political action in defense of good common and a dignified life for all.

Keywords: Public politics of Education; Humanization, Commitment.

Introdução

Pensar em educação é pensar na vida humana. Nessa perspectiva é pensar em um processo que tem como objetivo essencial o desenvolvimento do ser humano na sua totalidade. Um dos principais papéis reservados à educação consiste em dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Assim, fazer com que cada sujeito tome o seu destino em suas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, tendo como base o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades. Mediante a perspectiva de desenvolvimento responsável, a educação deve ser capaz de fornecer a todos os sujeitos o “passaporte da vida”, os levando a compreender melhor a si mesmos e aos outros, e assim, a participar na obra coletiva e na vida em sociedade. (DELORS, 2000; p. 51-52)

Nessa perspectiva, a educação se caracteriza por um processo dinâmico que articula a totalidade do sujeito, e que tem um papel indispensável na formação do mesmo, sendo um dos seus objetivos: oferecer a ajuda adequada ao sujeito que se desenvolve. Contudo, a educação não deve focar apenas funções, faculdades ou habilidades específicas, mas o ser humano como um todo. Nesse contexto trata-se de um processo de desenvolvimento da originalidade e potencialidade de cada sujeito, não apenas auto-realização, mas, sobretudo, presença significativa na sociedade do presente e na construção da sociedade do futuro.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID); Especialista em Psicologia Educacional, Educação Infantil e Educação Especial; Psicóloga Escolar do Colégio Santa Madalena Sofia; Professora do Curso de Pedagogia e do curso de História do Centro Universitário CESMAC.

² Dra. em Educação Feusp. Professora do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo (Unicid).

Posto isso, o papel da educação deve ser o de contribuir para que cada sujeito envolvido no processo educativo possa realizar seu ser mais, humanizando a si e ao mundo que o cerca. Silva (2011; p. 61), argumenta com propriedade que a educação pode ser considerada como imprescindível para o desenvolvimento e manutenção da vida humana. Na perspectiva do autor, a natureza do trabalho educativo é a busca de superação de uma situação em direção a outra nova. Podendo assim, ser entendida como uma obra de mudança, de uma situação a outra diferente, mediante um determinado caminho. Pelo exposto, educar é bem mais do que transmitir conhecimentos, e não serve, apenas, para fornecer pessoas qualificadas para o mundo da economia, pois não se destina ao ser humano enquanto agente econômico, mas, enquanto fim último de desenvolvimento. Assim, educar é o despertar da curiosidade, é instigar o desejo de ir além do conhecido, é desafiar o sujeito a confiar em si mesmo, é dar passos no sentido da superação. Partindo desse pressuposto, a educação é um processo que deve visar a reconstrução social a partir do desenvolvimento humano e tendo como foco as relações interpessoais, necessárias para cumprir a tarefa humanista que a educação deve perseguir.

A educação na formação de sujeitos

Em qualquer situação vivida, a primeira questão que se coloca é a antropológica – o que é ser humano? Ao examinar a fundo qualquer teoria ou atividade humana, podemos encontrar a idéia de humanidade que a sustenta. Assim, em todas as práticas transformadoras, tal como na política, na pedagogia ou na moral, é preciso estar atentos à antropologia filosófica que se encontra subjacente.

Entendemos que o homem não nasce com um fim determinado, e sim, goza de liberdade plena e se apresenta como um projeto permanente e inacabado. Assim, não é resultado, cria-se a si próprio. É, portanto, possuidor de uma existência não condicionada *a priori*. Nesse sentido, o homem como ser inacabado, sendo um sujeito em permanente processo, o fazer e o refazer constante do homem no mundo e a busca de transcendência do inacabado, abre espaço para a construção do seu ser no mundo.

Diante disso, acreditamos que a presença do homem no mundo, não se faz individualmente, isenta das influências das forças sociais. Isto posto, partimos da perspectiva de que homem e mundo se dão simultaneamente, sendo um a condição de existência do outro. Dessa forma, toda consciência é sempre consciência de algo, e todo objeto é sempre objeto percebido, sendo que é na consciência de alguém que esse objeto adquire sentido. A realidade seria construída na relação homem e mundo, dotada da subjetividade do sujeito e condicionada pela objetividade do mundo. Isto é, se constrói nas interações do sujeito com o mundo. O homem, portanto, se percebe no mundo com o mundo e com os outros, o que o põe em uma posição de não se entender objeto, mas sujeito de sua história (sujeito aqui entendido como alguém que tem a capacidade de se transformar e desenvolver).

Portanto falar de sujeito é falar de uma pessoa que está em constante desenvolvimento num processo de vida. Nesse sentido, o homem é um ser inacabado, porém consciente desta condição, o que o possibilita ir mais além, isto é, não está preso à situação na qual se encontra, mas aberto e pronto para novas possibilidades. A experiência fundamental da vida humana é assim um paradoxo: o ser humano é sempre condicionado porque sempre inserido num mundo que o condiciona, porém com possibilidades de fundamental transcendência de suas próprias determinações, o que ele faz através de suas escolhas e suas decisões.

Fabry, (1984) destaca que somos vistos como seres livres, nem sempre capazes de nos libertar de nossas limitações, mas suficientemente livres para

tomarmos uma posição, mesmo contra essas limitações. Dessa forma, essa liberdade de escolha em nossas vidas, não pode ser arbitrária, mas, dentro de um critério de responsabilidade. Nessa ótica, a liberdade não é entendida como “vontade livre”, pois não somos livres de certas condições, porém, a liberdade se revela na maneira como nos relacionamos com as realidades condicionantes da vida. A liberdade é aqui entendida como a capacidade do homem de contribuir para a sua própria evolução.

Assim, não somos simples animais que podem ser treinados ou uma máquina que pode ser manipulada, o que reforça nossa condição natural rumo à superação. Para Darwin o homem é um ser biologicamente determinado; para Marx, sociologicamente determinado; em Freud o homem é entendido conforme sua dinâmica inconsciente: pelos impulsos e instintos, portanto, manipulado por forças ocultas. Nessa perspectiva, me reporto a Frankl (1984; p.45) ao argumentar que embora reconheça a importância dos fatores biológicos, sociológicos e psicológicos, o ser humano retém uma importante área de liberdade onde não é absolutamente determinado, porém livre para tomar uma atitude.

A luz do exposto, entender o ser humano com determinações pré-estabelecidas é reduzi-lo a um fatalismo, pois um limite não deve ser entendido como fatalidade, gerando assim, um imobilismo, mas, como um momento de ser mais. É, portanto, não enxergá-lo como pessoa, como alguém que é mais do que um ser no mundo, mas, um ser humano que é presença no mundo. Presença que pensa a si mesmo, que se sabe presença, que intervêm, que muda e que se transforma.

Nesse sentido, o que faz com que condicionamentos não sejam sentidos como situação-limite é a possibilidade de transcender, no sentido de uma não aderência ao cotidiano. Com efeito, o ser humano, como um ser de transcendência é aqui compreendido como um ser que pode romper, inaugurar práticas inovadoras, pautadas não em uma consciência ingênua, porém, em um movimento de ser mais. Recorro a Frankl, (1989; p. 42-43) quando afirma:

O homem não é subjugado pelas condições diante das quais se encontra. Ao contrário, são elas que estão submetidas às suas decisões. [...] todas as escolhas tem uma causa, mas essa última é causada por aquele que escolhe. [...] o que significa ser livre? Ser livre significa sondar o espaço de independência dentro do ambiente de dependência e, assim, livrar-se internamente dessa dependência.

Diante dessa afirmativa, é necessário reconhecer que o homem é um ser condicionado, porém não determinado. Como um ser condicionado e consciente do seu inacabamento, o homem pode ser definido pela tendência constante para perceber e reagir num determinado momento. Porém, o ser humano aqui referido, é compreendido como um ser de relações, que transcende a si próprio por estar constantemente se superando e exteriorizando o seu ser a partir das relações que estabelece. Desta forma considero que o ser humano é antes de tudo um ser de relações, e é impossível conceber a sua vida fora dessas relações, que por um lado, o condicionam, mas, por outro significa a própria capacidade de humanização.

Nessa perspectiva, é no domínio da liberdade da decisão, da opção que se instaura a necessidade ética e se impõem a responsabilidade. Freire, (1998) comenta que seria incompreensível se a consciência da presença do homem no mundo não significasse já a impossibilidade de sua ausência na construção de sua própria presença. Nesse sentido discorre:

Como presença consciente no mundo não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-me no mundo. Se sou puro produto da determinação genética ou cultural ou de classe, sou irresponsável pelo que faço no mover-se no mundo e se careço de responsabilidade não posso falar em ética. Isso não significa negar os condicionamentos genéticos, culturais, sociais a que estamos submetidos. Significa reconhecer que somos seres condicionados, mas não determinados. Reconhecer que a história é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-me reiterar, é problemático e não inexorável. (p. 21)

Isto posto, a consciência do inacabamento torna-se indispensável ao processo de construção da existencialidade do homem como ser inconcluso, isso porque permite ao humano inserir-se num processo de “fazer e refazer” a história. Processo desafiador, capaz de provocar no sujeito a necessária “tomada de atitude” diante do mundo em que ele se insere. O modo como o ser humano se concretiza e o lugar onde podemos constatar sua forma especial é na cultura e, de acordo com Martins e Aranha (2005; p.21), a função da cultura é tornar a vida segura e contínua para a sociedade humana. Os autores se referem ainda à cultura como “cimento” que dá unidade a certo grupo de pessoas que divide os mesmos usos e costumes, os mesmos valores. Hohmann *apud* Freire argumenta que esta “cultura” é criada para dignificar o homem, mas, ao mesmo tempo, pode condená-lo a “ser menos”, quando a minoria dela se apossa e, conseqüentemente, exerce o controle da maioria a tornando submissa e dependente.

A ação da pessoa (entendida como um ser de relações), deve se desenvolver a partir de um comprometimento social, assim se tornando sujeito (na medida em que se constitui por pessoas) que permeie uma ética que construa uma cultura de respeito e convivência solidária. Uma ética que tenha como referência o valor da vida, do respeito pela pessoa humana, a justiça, a preservação da natureza, a beleza do universo. Assim, esses valores necessitam estar imbuídos na consciência dos sujeitos e funcionarem como uma força inspiradora de todas as atitudes, assumidas de maneira consciente, livre, decidida, autônoma e responsável.

Considerações finais

Pelo exposto, o papel da educação é formar sujeitos: reconhecer-se sujeito é ser autônomo, livre e responsável por todas as suas ações. Porém esse sujeito é um ser de relações que vai se construindo no contato com outros seres humanos com o mundo e com a natureza. A educação, em vez de buscar adaptar o homem ao real, como vem fazendo, precisa mobilizar os sujeitos (utilizo o termo mobilizar e não conscientizar, por entender que conscientizar é querer que se faça igual, enquanto que mobilizar é uma atitude interna assentada em expectativas próprias, na autonomia do sujeito), para que dirijam seu olhar para os lados, de modo que percebam o que está acontecendo com eles. Nessa visão, Paulo Freire afirma: “a educação não pode ser resumida a prática de adaptação ao mundo, mas criar condições para a emergência de inéditos viáveis”.

Diante disso, acredito em uma Pedagogia com uma concepção centrada na vida, na existência, no diálogo, na troca dos conhecimentos, e comprometida com a humanização do homem. Contudo, trata-se de uma Pedagogia que não necessita negar a essência para admitir o caráter dinâmico da realidade. Trata-se de entender o sujeito condicionado, porém, não determinado pelas forças sociais. Pois o sujeito é compreendido como alguém que é mais do que um ser mundo, é presença no mundo,

presença que intervém que se transforma, com uma efetiva capacidade de participação em uma obra coletiva.

Desse modo, o educador precisa se comprometer com a educação do ser, não enquanto auto-realização, desenvolvimento individual, mas o ser como sujeito coletivo. A esse respeito Silva (1996; p.90), afirma: a pessoa torna-se sujeito na medida em que se constitui por pessoas. Desse modo, pode-se falar em verdadeiro sujeito quando se fala de um coletivo de pessoas. É nessa acepção que utiliza o conceito de sujeito coletivo: um coletivo de pessoas. Assim, o sujeito aqui não é entendido como entidade isolada e autônoma e nem, portanto, autodeterminado, dependendo de sua própria vontade. O autor define sujeito coletivo como:

“um coletivo de pessoas que move a história, não um coletivo qualquer, mas somente aquele que vive uma experiência de unidade e solidariedade, dotada de identidade própria, capaz de iniciativas no seio da sociedade civil, no interior da qual vai elaborando as etapas sucessivas do projeto comum para uma nova convivência social.” (p.93)

Nessa visão, sujeito coletivo trata-se de um grupo de pessoas comprometida com um nós ético, que possui uma identidade comum, mobilizadora de uma concepção de sociedade que aponte caminhos concretos para a atuação política em defesa do bem comum e de uma vida digna para todos.

Esse sujeito coletivo se faz necessário em um mundo extremamente instável, em que não há garantias de que todos possam ter seu lugar, onde cada um vem se preocupando com a sua sobrevivência; onde o status das pessoas e suas relações dependem em grande parte de seu poder de compra; onde o individualismo e uma espécie de solidão organizada ameaçam as relações humanas.

Faz-se necessária uma pedagogia que se comprometa com o ser, com a capacidade de dotar a humanidade para dominar o seu próprio desenvolvimento, pois há facetas de nossa existência que dependem unicamente de nós, de nossas decisões e de nossos atos.

Referências

DELORS, Jacques. **Educação um Tesouro a descobrir: relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2000.

FABRY, Joseph B. VITOR, FRANKL. **Logoterapia e vida: a busca do significado**. Trad. Walter O. S. e Carlos C. São Paulo: ECE, 1984.

FRANKL, Victor E. **Um sentido para a vida: psicoterapia e humanismo**. Trad. Victor Hugo Silveira Lapenta. Aparecida: Santuário, 1989.

_____. **Em busca de um sentido: um psicólogo no campo de concentração**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** (coleção leitura). São Paulo: Paz Terra, 1996.

MARTINS, Maria H. ARANHA, Maria Lúcia de A. **Temas de filosofia.** São Paulo: Moderna, 2005.

SILVA, Jair Militão da. **A autonomia da escola pública: a re- humanização da escola.** Campinas, SP: Papyrus, 1996.

Recebido para publicação em 10-01-12; aceito em 31-01-12